

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Indústria reclama de reajuste para transmissoras de energia	2
Título: Sobreoferta favorece 'limpeza' da matriz energética	3
Título: AGU age para evitar bloqueio de venda de refinarias	5
Título: PPSA tenta antecipar acordo sobre Búzios	7
Título: Não há dilema entre ter lucro e ser sustentável, afirma Levy	8
Título: O colapso em curso da indústria brasileira	12
Título: Petrobras amplia venda	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Reabertura da captação dá alento a empresas	15
Título: Operação Verde Brasil e o compromisso com a Amazônia brasileira	16
Título: Entidades pedem foco em 28 projetos de lei	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt****Título: Indústria reclama de reajuste para transmissoras de energia**

O aumento da receita das transmissoras de energia, aprovado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), contrariou os consumidores industriais, que alegam ser os mais afetados pelo impacto da medida nas contas de luz.

A indústria de uso intensivo de energia elétrica estima que o acréscimo de R\$ 7,35 bilhões à remuneração anual das concessionárias de transmissão, aumentará em até 10% o custo da energia para as empresas diretamente conectadas à rede de alta tensão. Para o consumidor residencial, a Aneel projetou a alta de 3,92%.

A Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) se opôs novamente à alta da receita das transmissoras que está atrelada ao ganho de remuneração com antigas redes. O impasse surgiu no plano de redução das tarifas da ex-presidente Dilma Rousseff. Ao editar a Medida Provisória 579/12, o governo prorrogou os contratos com uma drástica redução de receita, o que resultou na perda de capacidade de investimento e em leilões de transmissão mal-sucedidos.

A entidade levou a discussão para a Justiça, logo após a revisão dos parâmetros de cálculo da receita em favor das transmissoras pelo o Ministério de Minas e Energia, em 2016. Agora, com a derrubada das liminares, as transmissoras puderam exigir novamente o aumento de remuneração na Aneel, com efeito retroativo aos últimos três anos.

Mesmo com a decisão já tomada pela agência, a Abrace avalia como reverter a situação, seja insistindo nos recursos apresentados nos tribunais ou questionamentos administrativos na própria agência. A associação congrega pesos-pesados da indústria nacional, como Ambev, Braskem, CSN, Gerdau, Votorantim, Vale, Suzano e Nestlé. Juntos os associados respondem por 67% do investimento privado no Brasil.

O diretor técnico da Abrace, Fillipe Soares, informou que o impacto do aumento do custo de transmissão será sentido, a partir do próximo mês, pelo segmento da indústria que mantém contratos de energia no mercado livre.

“Estamos falando de grandes consumidores, importantes para a economia do país. Eles não contaram com a ajuda para conter os efeitos da pandemia no setor, seja com o acesso ao crédito da “Conta Covid” ou o diferimento de custos que continuam a chegar apesar da redução da demanda por energia”, disse Soares.

O diretor da Abrace se referiu ao empréstimo oferecido às distribuidoras no valor de até R\$ 14,8 bilhões a partir de negociação do governo com bancos públicos e privados. O dinheiro será usado pelas distribuidoras para dar maior liquidez aos fluxos de pagamento entre os agentes do mercado regulado e conter aumento de tarifas.

Ontem, a diretora da Aneel Elisa Bastos lamentou a pressão tarifária que será provocada pela derrubada das liminares. Essa foi a principal variável a influenciar o aumento de receita anual das transmissoras dos atuais R\$ 27,63 bilhões para R\$ 34,98 bilhões no ciclo 2020-2021. A nova receita também foi influenciada pelo início da operação de linhas de transmissão, licitadas recentemente, e investimentos em reforços na rede básica que foram reconhecido pela Aneel.

“Infelizmente, essa queda das liminares chegou num momento crítico para o consumidor, que tem sofrido com os efeitos da pandemia da covid. Isso vai um pouco na contramão dos esforços que a gente tem feito para aliviar os aumentos tarifários”, disse Elisa, durante reunião da diretoria por videoconferência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2020

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Sobreoferta favorece ‘limpeza’ da matriz energética

O cenário de sobreoferta de energia, causado pelos impactos da pandemia, deve durar aproximadamente cinco anos e permitirá a adoção de medidas para tornar a matriz energética mais limpa, entre elas a antecipação da desativação do parque de geração a carvão. A conclusão é de estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e o Instituto Clima e Sociedade (ICS), liderado pelos pesquisadores da USP José Goldemberg e Roberto Kishinami.

De acordo com o documento, há sobreoferta estrutural de energia contratada no Sistema Interligado Nacional (SIN) estimada entre 12% e 15% ao fim deste ano. Se a atividade econômica for retomada ao ritmo médio de 2% ao ano a partir do segundo semestre de 2020, a demanda de energia poderá voltar aos

níveis de dezembro de 2019 no início de 2024. Com isso, antecipar o fechamento de térmicas a carvão previsto para meados da década pode contribuir para o equilíbrio do setor e a redução do custo de energia, diz o estudo.

“Durante os próximos anos haverá excesso de energia. Grandes companhias de petróleo estão abandonando projetos caros e se concentrando nos mais rentáveis. Há uma situação nova, um intervalo de quatro a cinco anos, alguns especialistas acreditam que possa chegar a sete anos, em que é possível sair da covid e ter um futuro energético mais razoável do que temos hoje”, disse ontem Goldemberg, em evento virtual promovido pelo Idec e o ICS. “Nossa proposta é que se comece desativando as indústrias de carvão do Sul do país”.

De acordo com o estudo, as usinas a carvão totalizam 1,7 gigawatts (GW) de capacidade (pouco mais de 1% de todo o parque gerador brasileiro). Segundo Goldemberg, essas plantas emitem cerca de 10 milhões de toneladas de CO₂ por ano e consomem subsídios de R\$ 1 bilhão anualmente.

“As consequências ambientais dessas usinas são um problema que precisa ser enfrentado”, completou o professor da USP. Segundo ele, a medida também pode contribuir para a imagem do governo, em um momento em que o Planalto busca melhorar sua reputação na área ambiental.

Presente ao evento, o secretário de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Rodrigo Limp, disse que a antecipação do encerramento do contrato dessas usinas está sendo estudado pelo governo, junto com autoridades do setor elétrico brasileiro.

“A redução do consumo de energia nos trouxe oportunidade para benefícios econômicos e ambientais”, afirmou Limp. “Podemos antecipar o descomissionamento dessas usinas. São pontos que temos estudado aqui no ministério, mas garantindo segurança energética e o respeito aos contratos”, completou.

Limp acrescentou que o mercado de energia do país já observa recuperação significativa do consumo. Segundo ele, com relação à inadimplência dos consumidores, a taxa continua acima da média pré-pandemia (que era de 1% a 2%), mas já é menor do que no período mais crítico da crise, quando ultrapassou 10%.

Com relação à “Conta Covid”, linha de apoio emergencial ao setor elétrico, segundo Limp, se não houvesse a medida, haveria uma pressão tarifária em 2020 da ordem de 12%. “Isso afetaria a retomada da atividade econômica que

tanto esperamos”, afirmou. Ele explicou que, com a iniciativa, o aumento tarifário deverá ser da ordem de 3%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2020

Seção: Política

Autor: Isadora Peron

Título: AGU age para evitar bloqueio de venda de refinarias

O governo manifestou-se contra o pedido do Congresso para bloquear a venda de refinarias da Petrobras. Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado-geral da União, José Levi, criticou o que chamou de “excessiva judicialização” do programa de privatização que a equipe econômica tenta colocar em prática.

“A paralisação do processo de alienação afeta todo o planejamento estratégico da Petrobras, com o objetivo de reequilibrar sua situação econômico-financeira. De outro lado, a excessiva judicialização de cada etapa do referido processo de desinvestimento gera insegurança jurídica a afetar negativamente a confiança do mercado, reduzindo tanto a competitividade como o próprio valor envolvido nas operações”, disse o advogado-geral.

No início de julho, o Congresso entrou com um pedido de liminar no STF para bloquear as privatizações da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e da Refinaria do Paraná (Repar), previstas para este ano. Para os parlamentares, o governo tem desmembrado empresas matrizes em subsidiárias com o objetivo de aliená-las sem necessidade de aval do Legislativo.

O argumento é que a estratégia vai de encontro com o que decidiu o plenário da Corte. Pela decisão do Supremo, apenas as “empresas-mãe” precisariam de lei específica para serem privatizadas, mas não as subsidiárias.

No posicionamento enviado à Corte, a AGU refuta a tese que a Petrobras estaria agindo com “má-fé” no processo de alienação dos ativos das refinarias, com o intuito de burlar a decisão do STF, e diz que o Congresso precisa provar essa acusação.

“De fato, os peticionantes não apontam qualquer irregularidade ou ilegalidade formal nos atos da Petrobras na condução do processo de venda de ações de suas subsidiárias, mas tão somente sustentam que a Petrobras estaria criando, artificialmente, novas empresas subsidiárias ‘com o exclusivo propósito de propiciar a posterior venda direta ao mercado’”, diz o texto.

“Dito de outra forma, os peticionantes não indicam qualquer irregularidade na criação das novas empresas subsidiárias, exceto o suposto intuito de burlar a decisão dessa Suprema Corte, mediante a subsequente venda de ativos de tais empresas recém-criadas”, sustenta a AGU.

O órgão diz ainda que, nas informações apresentadas pela Petrobras, “não se observa qualquer tipo de fraude ou tentativa de burlar os termos do acórdão proferido por essa Suprema Corte”.

“Inicialmente, a empresa esclarece que o processo de desinvestimento na área de refino não significou redução de investimento dentro da Petrobras, mas tão somente uma realocação das verbas em áreas estratégicas e mais rentáveis”, diz a AGU.

O órgão afirma ainda que todo o processo está sendo realizado com “publicidade e transparência”. “Percebe-se, assim, que a atuação da Petrobras durante todo o processo de desinvestimento visa não apenas o aumento da eficiência e, conseqüentemente, da lucratividade da empresa, como também se adequa a todas orientações legais e infralegais sobre o tema. Ressalte-se, ademais, que a alienação de ativos de refino faz parte do plano de negócios e gestão da companhia divulgado em 2018, sendo uma decisão tomada pelos administradores da companhia, em fina sintonia com a Política Energética Nacional, com o objetivo de promover a livre e ampla concorrência no setor de refino”, diz a peça.

O modelo de venda apresentado pelo governo, conforme manifestações da própria Petrobras em uma ação judicial da 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro, prevê primeiro a criação de uma subsidiária, transferindo a ela parte dos ativos da controladora. Depois, essa subsidiária seria vendida, sem que fosse necessária lei específica para tanto.

Para o Congresso, trata-se de desvio de finalidade - “uma alienação disfarçada e simulada de ativos do sistema Petrobras sem que a empresa tenha de se submeter ao procedimento licitatório e à autorização do Congresso Nacional, tal como exige a Lei 13.303/16, a Constituição Federal e o entendimento recente do Supremo”.

O relator do processo é o ministro Ricardo Lewandowski, mas como o Judiciário está em recesso, o caso pode ser decidido pelo presidente da Corte, Dias Toffoli. É ele o responsável pelas deliberações urgentes durante o plantão da Corte, que dura todo o mês de julho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2020

Seção: Empresas**Autor: Rodrigo Polito****Título: PPSA tenta antecipar acordo sobre Búzios**

“É interesse da União, da Petrobras e das empresas chinesas que esse acordo seja assinado ainda este ano”, afirma Eduardo Gerk, presidente da PPSA — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Pré-sal Petróleo (PPSA), estatal que representa os interesses da União nos contratos de partilha de produção no polígono do pré-sal, espera antecipar para este ano o fechamento do acordo de coparticipação no campo gigante de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, com a Petrobras e as chinesas CNOOC e CNODC. Com a antecipação do acordo, cujo prazo para ser assinado vai até setembro do próximo ano, a União terá acesso à produção na área já em 2020.

“Estamos trabalhando para que aconteça [a assinatura] do acordo este ano ainda. É interesse da União, da Petrobras e das empresas chinesas que esse acordo seja assinado ainda este ano”, afirmou o presidente da PPSA, Eduardo Gerk, ao **Valor**. “Esse ingresso de Búzios é bastante significativo no resultado da PPSA”.

De acordo com cálculos da estatal, imediatamente após o acordo de coparticipação, 1% da produção de Búzios já será considerada óleo lucro da União. Esse montante será acumulado e, em seguida, comercializado em cargas.

Segundo maior campo em produção no país, atrás apenas do campo gigante de Lula, também no pré-sal da Bacia de Santos, Búzios produz cerca de 600 mil barris de óleo equivalente (boe) diários de óleo e gás, por meio de quatro navios-plataformas (FPSOs).

Em novembro do ano passado, consórcio formado por Petrobras (90%), CNOOC (5%) e CNODC (5%) arrematou os excedentes da cessão onerosa relativos ao campo de Búzios. O negócio envolveu o pagamento de bônus de assinatura no valor de R\$ 68,194 bilhões e 23,24% de excedente em óleo para a União.

Com a negociação da área, tornou-se necessário o acordo de coparticipação com a PPSA, que cuidará dos direitos da União no campo. A expectativa, com base nos dados atuais de Búzios, é que o campo renda à União 6 mil boe/dia. No entanto, de acordo com planos da Petrobras, a ideia é instalar mais seis FPSOs na área, o que ampliará o volume de óleo e gás para a União.

Tudo indica que Búzios será o quarto contrato de partilha em produção no país. Os outros três são Mero, Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde. De acordo com Gerk, apenas esses três contratos já renderam à União R\$ 4,5

bilhões, de 2018 até o fim do primeiro semestre deste ano. O montante considera R\$ 2,31 bilhões relativos a comercialização de óleo e gás e equalização de gastos e volumes, além de participações governamentais e recolhimento de impostos.

A comercialização do óleo da União dos contratos em produção é feita hoje pela Petrobras. Para os volumes futuros, a PPSA estuda algumas alternativas. Entre elas estão a negociação da extensão de um contrato com a petroleira, a realização de um leilão específico para venda de cargas da União ou uma licitação para a contratação de um agente comercializador. A expectativa, segundo Gerk, é ter uma definição sobre o assunto até o fim de setembro.

Em outra frente, a PPSA está discutindo com a Petrobras os detalhes dos campos de Atapu e Sépia e o valor da compensação a ser paga à petroleira por investimentos já realizados nas duas áreas. O objetivo é reduzir as incertezas relativas aos dois campos, fator tido como decisivo para a ausência de interesses pelas áreas no leilão de novembro do ano passado.

“Estamos trabalhando muito fortemente em modelagem econômica para a determinação da compensação e das participações para Sépia e Atapu, para viabilizar o leilão no ano que vem”, disse ele.

Com relação à pandemia de covid-19, o executivo disse que, de forma geral, a força de trabalho da estatal se adaptou bem ao teletrabalho. Mesmo nessas condições, a companhia mantém os ritmos de reuniões. Nesta semana, por exemplo, o executivo participou de reunião virtual com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Segundo Gerk, o encontro foi uma reunião de rotina, em que a estatal mantém a pasta atualizada das ações em curso.

Questionado sobre os rumores de um plano do governo para privatizar a PPSA, o executivo disse não ter nada a comentar sobre o assunto. Ele afirmou ainda que o tema não foi discutido na reunião com Albuquerque nesta semana.

“Não tenho nada a falar [sobre privatização]. Não somos fazedores de política pública”, afirmou Gerk. Ele lembrou, porém, que a propriedade do óleo lucro do contrato de partilha é da União, e não da PPSA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Não há dilema entre ter lucro e ser sustentável, afirma Levy

O ex-ministro Joaquim Levy: “O dilema entre ser sustentável e ter lucro deixou de existir em muitos casos; quem não explorar isso pode ter prejuízos” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy acredita que o Brasil corre o risco de ficar para trás se não estimular rapidamente a transição para a economia de baixo carbono. “O dilema entre ser sustentável e ter lucro deixou de existir em muitos casos”, diz. “E quem não explorar isso pode ter prejuízos”, completa.

Levy é um dos artífices da carta “Convergência pelo Brasil” lançada ontem por ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central em que pedem desmatamento zero na Amazônia e no Cerrado, investimentos em pesquisa e tecnologia e indicam pontos para o Brasil descarbonizar a economia ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade. A ideia do documento é fazer com que a questão ambiental seja definitivamente incorporada à política econômica.

“O Brasil tem uma tremenda vantagem comparativa porque aqui temos abundância de recursos renováveis que já proporcionam energia mais barata que a fóssil”, diz, na defesa da descarbonização da economia brasileira.

Há dez anos, quando esteve no setor financeiro, Levy começou a trabalhar com os princípios de investimento responsável e com as práticas socioambientais hoje conhecidas pela sigla ESG. “A mudança climática é uma realidade e a descarbonização ajuda a diminuir a poluição, melhorando a saúde e a condição de vida das pessoas”.

Como diretor financeiro do Banco Mundial, instituição que tornou prioridade o combate à crise climática, Levy aprofundou estudos em financiamento verde (os “green bonds”) e no tratamento do risco sistêmico, um dos efeitos colaterais do aquecimento global.

Ele diz que a carta dos ex-ministros “reflete o amadurecimento desse assunto no Brasil. O tema é importante não apenas pela pressão externa em função do desmatamento, mas também porque a covid-19 mudou várias coisas. Na medida em que o Brasil tem que investir para poder voltar a crescer, o ideal é investir pensando no futuro.” A seguir, trechos da entrevista que concedeu ao **Valor** por e-mail:

Valor: *O que o senhor fez no setor privado nesta área?*

Joaquim Levy: Quando estive no setor financeiro, comecei a implementar Princípios de Investimento Responsável (PRI), integrando questões ambientais, de governança e sociais na gestão de carteiras. A precificação desses riscos é importante na renda variável onde o retorno de uma ação também tem que ser ajustado ao risco. Depois, em Brasília, procurei apoiar uma coalizão de

empresários (Fórum Clima-Ação Empresarial sobre Mudanças Climáticas) com objetivo de descarbonizar a economia. Muita gente do setor privado já via a importância de evitar a mudança climática em 2015.

Valor: *Vê avanços no setor financeiro no combate à crise climática?*

Levy: Há anos a Febraban vem calculando a proporção de empréstimos verdes do sistema bancário e tem feito um ótimo trabalho promovendo as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras às Mudanças Climáticas (iniciativa de 2015, conhecida pela sigla TCFD, capitaneada por Michael Bloomberg e pelo então presidente do Banco da Inglaterra, Mark Carney). Ali começou a inclusão do risco climático nas demonstrações financeiras.

Valor: *O que o senhor fez pelo clima quando foi governo?*

Levy: Quando fui secretário da Fazenda do Rio lancei com a Secretaria de Meio Ambiente o ICMS verde. Era uma compensação às prefeituras que designassem Áreas de Proteção Ambiental ou investissem para melhorar o tratamento de resíduos sólidos, inclusive diminuindo as emissões de metano. São mais de R\$ 100 milhões por ano e funciona até hoje, creio. Em 2015, participei junto com a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, da definição das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil (a meta climática do Brasil no Acordo de Paris). Ali o foco era a criação de 12 milhões de hectares de florestas e o aumento das energia renováveis. Outra ideia era aumentar o imposto sobre combustíveis fósseis (a Cide), porque o preço do petróleo tinha caído e temos as alternativas de biocombustível. E depois de Brasília, quando estive no Banco Mundial, trabalhei para que as regulações prudenciais reconhecessem que investimentos em infraestrutura verde tendem a ter menos risco do que os investimentos tradicionais.

Valor: *Porque agora surge a carta dos ex-ministros da Fazenda?*

Levy: Foi um trabalho conjunto que reflete o amadurecimento desse assunto no Brasil. O tema é importante não apenas por causa da pressão externa devido ao desmatamento, mas também porque a covid-19 mudou várias coisas. Na medida em que o Brasil deve investir para poder voltar a crescer, o ideal é investir pensando no futuro. Queremos evitar o que o relatório de Bloomberg chama de ativos encalhados - aqueles que dão prejuízo quando o mundo se afasta da energia fóssil. Os mercados já estão precificando os ativos levando em conta o risco climático.

Valor: *Quais os desafios e oportunidades deste tema para o Brasil?*

Levy: O Brasil tem uma tremenda vantagem comparativa porque aqui temos abundância de recursos renováveis que já proporcionam uma energia mais barata que a fóssil. Além disso, como há muitos anos temos um sistema elétrico integrado, dá para combinar as diferentes energias diminuindo o problema de algumas terem produção variável. Nos meses de mais chuva tem pouco vento, e nos meses secos os ventos do Nordeste são dos melhores do mundo, ajudando a complementar a energia hidrelétrica. Com redes de transmissão inteligentes essa combinação pode ser otimizada.

Valor: *E há a biomassa.*

Levy: Exatamente. Temos muita energia de biomassa: o álcool, o biodiesel (que já usa 20% da safra de soja), o licor negro da indústria da celulose e o potencial ainda não aproveitado do dendê em terras degradadas na região Norte. Não podemos desperdiçar estas vantagens. Especialmente nesse momento em que há tantas pessoas inseguras a respeito do seu emprego e há liquidez para ser investida.

Valor: *Que medidas o senhor diria que podem ser tomadas agora?*

Levy: Há muitas opções, inclusive no aproveitamento do gás natural. No Brasil o gás natural é associado ao petróleo. Pode-se incentivar a geração termelétrica offshore com captura do CO2 mediante a injeção de CO2 nos campos de petróleo. O que resolve algumas incertezas regulatórias e aumenta a produtividade desses campos. Com a captura de carbono, a eletricidade fica limpa e o risco do projeto ser onerado no futuro pelas emissões de CO2 é praticamente eliminado.

Valor: *Para fazer a transição energética precisamos de uma reforma tributária? Ou bastariam outras políticas públicas?*

Levy: Tem o mundo da eficiência energética, que, em geral, se paga sozinha. Nesse caso a experiência internacional mostra que é melhor estabelecer alvos de eficiência de médio prazo para estimular o setor privado a inovar. Do ar-condicionado ao uso da madeira cultivada em lugar do cimento na construção civil, há muito o que ganhar.

Valor: *A Alemanha quer acabar com os motores a combustíveis fósseis. Como isso afeta o Brasil?*

Levy: Ainda podemos viver um tempo com motores de combustão interna usando biocombustíveis, que são muito sustentáveis. A agricultura brasileira pode atender o aumento da demanda, especialmente se a tributação dos combustíveis fósseis for adequada. Temos que apoiar as pesquisas que já existem em São Paulo, da célula combustível de etanol. Com isso podemos fazer

a transição para o motor elétrico com biocombustíveis. Na época em que eu estava no BNDES olhamos para isso com carinho.

Valor: *A Alemanha vai investir pesado em hidrogênio. Isso é bom para o Brasil?*

Levy: O hidrogênio tem futuro no Brasil, porque o principal ingrediente na sua produção sustentável é eletricidade, e aqui, com as renováveis, podemos produzir muita eletricidade barata. Daria para eletrificar uma grande parte da economia com parques solares cuja área total seria equivalente à do antigo Estado da Guanabara. Espalhar esses parques pelo Nordeste, junto com as usinas eólicas, geraria muito emprego e outras formas de renda nessa região, mesmo sem a incidência de royalties sobre esses recursos naturais. No futuro, o hidrogênio pode descarbonizar a siderurgia e a produção de cimento. Além das possibilidades na fabricação de fertilizantes dando segurança à agricultura, e no transporte, com as células de combustível. O hidrogênio deve substituir o gás natural nas próximas décadas.

Valor: *Se o Brasil não seguir neste rumo, o que acontece?*

Levy: Corremos o risco de ficar para trás e não aproveitarmos as possibilidades que temos. Há uma avaliação no Banco Mundial, por exemplo, que os países podem ganhar produtividade com opções sustentáveis. O dilema entre ser sustentável e ter lucro deixou de existir em muitos casos, e quem não explorar isso pode ter prejuízos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Marília Marcato e Júlia Torracca

Título: O colapso em curso da indústria brasileira

A indústria brasileira enfrenta uma crise sem precedentes, com efeitos deletérios para a produção industrial, o mercado de trabalho e a arrecadação tributária. Tendo em vista essas três dimensões, o Grupo de Indústria e Competitividade da UFRJ investigou os efeitos da pandemia da covid-19 na indústria de transformação do Brasil para o ano de 2020, com base em um arcabouço analítico que considera as interações existentes entre os diversos setores da economia. Os resultados do estudo podem servir como alerta sobre a magnitude do impacto da crise e também para despertar uma reflexão organizada sobre os possíveis caminhos para recuperação.

Não se trata, portanto, de um mero exercício de futurologia com ares de previsão econômica, mas da caracterização dos possíveis efeitos da crise na indústria tendo em vista sua composição setorial.

Maiores perdas salariais esperadas se encontram justamente nos setores mais intensivos em tecnologia

Que o leitor não se engane: antes da crise sanitária, a produção industrial brasileira já mostrava sinais de grave embaraço. Segundo divulgação da PIM-PF/IBGE, a produção física da indústria de transformação amargou uma redução acumulada de cerca de 16% entre 2013 e 2019. A evolução do indicador de nível de utilização da capacidade instalada produzido pela CNI revela uma queda de 5,4% para o mesmo período, mostrando a dificuldade das empresas industriais em ocupar o espaço fabril e encontrar escoamento para produção.

Se a trajetória da produção industrial já apontava para a ampla dificuldade de ensejar maior dinamismo produtivo e tecnológico, atualmente os obstáculos foram ampliados com a retração da demanda doméstica e internacional.

O estudo mostra que os setores com maior intensidade tecnológica e as chamadas commodities industriais (atividades que, em geral, dependem da extrativa mineral, como fabricação de metal, refino de petróleo, plásticos e resinas) serão os mais afetados na dimensão produtiva, tendo em vista os impactos no valor bruto da produção e no valor adicionado.

Dentre as atividades econômicas que mais contribuem com a retração da produção industrial, o setor de refino de petróleo é o primeiro (com 12,5% da variação do valor bruto da produção da indústria de transformação), seguido pela fabricação de automóveis (8,7%) e fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos (8,4%). No cenário referência, com retração estimada de 6,4% do PIB, as commodities industriais são responsáveis pela maior perda estimada de arrecadação tributária (cerca de R\$ 19 bilhões), considerando os impostos indiretos, ou seja, aqueles incidentes sobre os produtos, como o ICMS, o IPI e o Imposto de Importação, descontados dos subsídios concedidos.

As especificidades setoriais influenciam na forma como cada atividade econômica irá assimilar os efeitos econômicos negativos da pandemia. No caso do mercado de trabalho, o estudo investiga os impactos nas ocupações e na massa salarial da indústria de transformação. Trata-se de uma perda potencial de ocupações, pois indica uma redução na demanda pelo insumo “força de trabalho”, que pode traduzir-se em efetiva demissão dos trabalhadores ou em redução das horas trabalhadas.

Além da expressiva dispensa efetiva de pessoal, é importante destacar o possível aumento da desistência dos trabalhadores em buscar trabalho e de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Diante das altas taxas de informalidade, vale ressaltar que a contração das ocupações

poderá exacerbar a vulnerabilidade de alguns grupos de trabalhadores, com maior impacto nas ocupações informais.

A destruição de empregos industriais estimada para o ano de 2020 não é comparável a nenhuma outra crise econômica recente. Com base no cenário referência, estima-se uma inédita contração da força de trabalho da ordem de 1,2 milhão de ocupações industriais que, por sua vez, corresponde a 14,6% da redução potencial total de 8,3 milhões de ocupações. A maior parte das ocupações industriais ameaçadas estão em setores intensivos em empregos de menor qualificação e menor remuneração, com baixa proteção social e menor capacidade de realizar uma recomposição entre redução de carga horária e destruição de postos de trabalho.

Além disso, como os setores industriais possuem salário médio superior ao do conjunto da economia, a retração do emprego industrial terá forte impacto negativo sobre o volume da massa salarial. O estudo aponta para uma possível retração recorde de 6% da massa salarial da indústria de transformação, com forte participação de diferentes atividades do complexo automotivo.

Nesse contexto, a Medida Provisória 936, anunciada pelo governo federal para conter os danos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal, pode não atenuar a retração esperada da massa salarial. Diante da queda de demanda, o programa de flexibilização de jornada criado para proteger simultaneamente empresas e empregados poderá ter efeitos distintos na renda dos trabalhadores a depender do nível das remunerações, com os maiores salários sendo os mais afetados, uma vez que o seguro desemprego que vem sendo pago pela União não compensa a redução salarial.

Esse cenário é ainda mais preocupante se considerarmos que as maiores perdas salariais esperadas se encontram justamente nos setores mais intensivos em tecnologia, que exigem profissionais com maior nível de escolarização e possuem maiores remunerações.

Os efeitos econômicos da pandemia acabam por reafirmar alguns dos problemas crônicos da indústria brasileira. A indústria de transformação avança no mundo, mesmo que vagarosamente, puxada pelos setores de maior intensidade tecnológica e não surpreende, portanto, que o Brasil esteja ficando para trás.

Ao que parece, a atual crise econômica reforçará a tendência de aprofundamento da rigidez estrutural, amparada na dificuldade da indústria em migrar para setores que sustentam o progresso tecnológico e, portanto, com maior capacidade de ampliar a produtividade industrial. A maior fragilidade da indústria brasileira em meio à pandemia assola um mercado de trabalho que já

vinha institucionalizando a precarização do trabalho sob a forma de flexibilização dos contratos. Ao mesmo tempo, a forte contração da arrecadação tributária, e consequente perda de recursos dos entes subnacionais, impõe dificuldades adicionais para o enfrentamento da crise, ampliando sobretudo as desigualdades regionais.

A recuperação da atividade industrial não é um fim em si mesma, mas um meio pelo qual é possível elaborar alguma saída para esta crise sem precedentes. Isso significa que a indústria pode contribuir para a construção de alternativas. Esse é o desafio que temos pela frente.

Marília Bassetti Marcato é professora do Instituto de Economia da UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ).

Júlia Torracca é professora da Faculdade de Economia da UFF e pesquisadora do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Petrobras amplia venda

A Petrobras deverá fazer novos anúncios relativos ao seu programa de desinvestimentos nas próximas semanas, segundo o presidente da companhia, Roberto Castello Branco. “Teremos novidades nas próximas semanas”, disse o executivo, durante evento virtual promovido pela MegaWhat, plataforma de conteúdo especializado no setor de energia. Questionado se os anúncios seriam relativos ao setor de refino, Castello Branco disse que são “outros ativos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/07/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Reabertura da captação dá alento a empresas

Depois de uma fase de estreitamento, o mercado global de crédito volta a se abrir para o País. Incluindo as captações do primeiro bimestre de 2020 e raras operações realizadas após a deflagração da pandemia do novo coronavírus, o montante levantado no primeiro semestre já supera US\$ 15 bilhões. Trata-se da retomada de um segmento que pode empurrar para a frente a atividade econômica, embora seu alcance direto seja mais intenso para grandes

companhias, que emitem títulos de dívida (bonds) no mercado exterior, do que para empresas de menor porte, que têm de se valer dos bancos locais para ter acesso a novos recursos externos.

Entre janeiro e fevereiro, num momento de farta liquidez no mercado e perspectivas mais favoráveis para a economia brasileira, empresas brasileiras realizaram nove emissões no exterior. Depois disso, a Petrobrás captou US\$ 3,25 bilhões em maio e o Tesouro Nacional captou US\$ 3,5 bilhões em junho colocando bônus soberanos. Em julho, a Vale já captou US\$ 1,5 bilhão em 10 anos, a uma taxa anual de 3,85%, bem inferior à prevista, e com uma demanda de US\$ 9 bilhões. A Raízen poderá captar US\$ 300 milhões.

Também o mercado doméstico de capitais dá bons sinais. Segundo a Coluna do Broadcast publicada no Estado de 7/7, anúncios de captação superaram R\$ 15 bilhões num só dia. As emissões previstas de ações deverão ser feitas por Lojas Americanas, pela incorporadora JHSF, pela companhia ambiental Ambipar e pela empresa de tecnologia educacional Vasta, do Grupo Cogna.

No momento de maior retraimento, o mercado acionário se fechou e o mercado global só oferecia recursos a custos muito elevados, salvo para clientes de risco baixíssimo, como o Tesouro Nacional.

Com o início da distensão econômica e mesmo antes que se consolide uma reabertura, as condições voltam a atrair financiadores, que querem receber de empresas de países emergentes juros mais altos do que os praticados no mercado global.

A tomada de recursos em dólar não é recomendada para qualquer empresa. Ela se justifica, em especial, no caso de companhias que têm receitas em moeda externa ou que demandam recursos de longo prazo. Mais importante é ter acesso a novos mercados num momento econômico difícil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/07/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: Fernando Azevedo e Silva

Título: Operação Verde Brasil e o compromisso com a Amazônia brasileira

A importância da preservação ambiental para a humanidade assumiu um sentimento coletivo em todo o mundo, até mesmo naqueles países que destruíram suas riquezas naturais e agora cobram do Brasil o dever que não fizeram. A discussão sobre a Amazônia entra na pauta, fomenta paixões e ativa os mais variados interesses. Alguns, bem-intencionados; outros, calculados.

A consciência ambiental no nosso país não é retórica. Ela é prática, real e vem de muito tempo. A maior floresta tropical do mundo foi preservada no seu território. A Amazônia brasileira é um patrimônio que foi mantido pelos brasileiros durante 400 anos. E isso custou a vida de muitos.

Trata-se de região com mais de 12 mil quilômetros de perímetro, que abraça diferentes microrregiões preservadas e de rica biodiversidade. A Amazônia é uma área extremamente complexa, com a dimensão da Europa Ocidental e dificuldades logísticas extremas.

A Operação Verde Brasil, lançada pela primeira vez em 2019, é uma iniciativa inédita do governo Jair Bolsonaro, que determinou o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ambiental na Região Amazônica. A GLO é uma condição excepcional e temporária que permite às Forças Armadas compartilharem conhecimento e capilaridade na área, empregando meios para apoiar os órgãos de preservação e controle ambiental. No início deste ano, a nomeação do vice-presidente da República para a presidência do Conselho Nacional da Amazônia Legal reforçou, de forma ainda mais clara, o compromisso com a preservação.

Há centenas de anos, a Marinha, o Exército e a Força Aérea fazem parte da Amazônia e de sua história. Ainda hoje, nos rincões mais longínquos e inóspitos, os militares muitas vezes representam a única presença do Estado. Atualmente, são mais de 44 mil homens e mulheres empregados na região, assegurando a integridade do território nacional, levando assistência às populações ribeirinhas e indígenas, preservando os recursos naturais e a soberania brasileira.

Passados dois meses do seu início, a Operação Verde Brasil 2 já apresenta resultados expressivos, superando os da primeira edição. Salta aos olhos o aumento significativo da repressão aos ilícitos nos Estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá.

As Forças Armadas brasileiras engajaram suas unidades operacionais localizadas na Região Amazônica, nos limites das suas possibilidades, para atuar juntamente com os órgãos ambientais e de segurança pública federais, estaduais e municipais. É um esforço adicional às missões regulares da Defesa, que continua cuidando da soberania nacional e da vigilância das nossas fronteiras.

Mesmo dividindo os esforços com o urgente e necessário combate à pandemia da covid-19, as Forças Armadas trabalham em conjunto com órgãos e agências governamentais. Essa parceria interagências possibilitou, nos últimos 60 dias, a aplicação de mais de 1.200 multas, no valor total de R\$ 407 milhões, e a

apreensão de 27.527 metros cúbicos de madeira, 178 embarcações e 112 veículos.

Desde que a Operação Verde Brasil 2 foi deflagrada, em 10 de maio deste ano, suas ações são decididas no âmbito do Grupo de Integração para Proteção da Amazônia (Gipam), que reúne órgãos de segurança pública e agências ambientais, que participam ativamente na seleção dos alvos das operações.

Estão presentes à mesa de decisões do Gipam o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Polícia Federal (PF), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Agência Nacional de Mineração (AMN), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Cada um desses órgãos compartilha suas competências e seus conhecimentos específicos, que multiplicam as capacidades do conjunto para conter as agressões ao meio ambiente. Um esforço que custa trabalho duro, ininterrupto, mas de grande valor.

O Brasil reconhece a relevância da conservação ambiental para o controle do clima em todo o mundo. O governo federal entende as pressões de toda ordem que são exercidas sobre a nossa Amazônia e atua exatamente para regular o uso sustentável da floresta e conter ilícitos.

As Forças Armadas compreendem o momento de dificuldades múltiplas que o País enfrenta, tensionado por uma pandemia que entra nos lares e desestabiliza a vida das famílias, trazendo consequências sanitárias e, principalmente, sociais. Nesse cenário, cabe aos militares empenhar energias e capacidades num esforço conjunto com a Nação para fazerem parte das soluções.

A Amazônia é motivo de atenção justamente por existir até hoje. Por ela ter sido preservada. Esse, sim, é um feito dos brasileiros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/07/2020

Seção: Política

Autor: Pedro Venceslau

Título: Entidades pedem foco em 28 projetos de lei

Em uma tentativa de otimizar a agenda do Congresso Nacional com pautas que vão além das medidas emergenciais de combate ao coronavírus, a Liderança Pública (CLP) – organização suprapartidária de mobilização social e formação de líderes públicos – arregimentou o apoio de dezenas de instituições para um movimento que pretende pressionar os parlamentares a analisar até o fim do ano 28 projetos de Lei que estão em diferentes estágios de tramitação. O documento com os projetos escolhidos será apresentado hoje e classifica como “vital” a união em torno de propostas para recuperar a capacidade produtiva da economia.

São três os pilares propostos a partir de um escopo de retomada de crescimento: reformas estruturais (administrativa e tributária), combate às desigualdades (renda básica e educação) e crescimento sustentável (saneamento básico, meio ambiente e segurança). O Novo Marco do Saneamento, aprovado pelo Senado Federal, ainda precisa ser regulamentado pelo Congresso.

Entre os nomes que assinam o texto da CLP, estão os economistas Ricardo Paes de Barros e Ana Carla Abrão, a ex-presidente do BNDES Maria Silva Bastos, o empresário Pedro Passos, o executivo Fábio Barbosa, o professor da FGV Direito-SP Carlos Ari Sundfeld, além do coordenador e fundador da entidade, o cientista político Luiz Felipe D’Avila. A seleção dos projetos foi feita após a CLP consultar parlamentares e integrantes do governo federal.

A proposta tem o apoio de organizações como a Endeavor Brasil, Todos Pela Educação, o Instituto Trata Brasil, além do Livres, movimento de renovação política. Outros apoios estão sendo negociados com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio) e o Instituto Millenium. “É uma ação em bloco para pressionar o Congresso a votar essa agenda ainda 2020”, afirmou D’Avila.

Para Carlos Ari Sundfeld, o grande desafio do movimento é convencer parte dos deputados que apoiam o governo, sobretudo nas alas mais radicais. “Eles estão presos em propostas do contra e não conseguiram construir uma agenda de desenvolvimento. São simpáticos a agendas destrutivas porque elas são populares. É preciso seduzir essas alas radicais envolvidas na agenda de desconstrução”, disse o jurista, que preside a Sociedade Brasileira de Direito Público.

Sundfeld também ressalta a defesa da revisão da Lei de Improbidade, de 1992. Já tramita na Câmara um projeto relatado pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP) com alterações. “A lei pune de maneira grave os agentes públicos. O problema é que na definição do que é uma infração que pode gerar punição, a lei é completamente indefinida. Quando alguém não concorda com uma decisão

difícil que a administração vai tomar, acionam os órgãos de controle”, disse ele, destacando que qualquer um pode acionar o Ministério Público se não gostar da decisão de uma agência reguladora – que pode ser alvo de uma ação de improbidade contra seus dirigentes. “É óbvio que o agente público não quer correr esse risco. Por isso, aconteceu o apagão das canetas. A decisão não sai enquanto não se consegue um acordo envolvendo todo mundo. Demora anos e as decisões saem muito piores do que deveriam para diminuir os riscos do agente públicos.”

Para Ana Carla Abrão, doutora em economia pela USP e colunista do Estadão, o Congresso foi muito ativo e tem tido protagonismo no combate a pandemia, mas precisa ir além. “Esperamos que o Congresso continue com esse protagonismo na fase da retomada. É preciso uma agenda clara para colocar o País nos trilhos”, afirmou. A economista ressalta que o governo até agora não apresentou uma reforma administrativa e ainda precisa definir uma proposta de reforma tributária para combater a regressividade do sistema atual. Segundo ela, também é preciso passar um “pente fino” na rede de proteção social e o unificar os programas sociais.

Os autores do documento reconhecem que haverá resistências no Congresso. “Tem pontos de divisão, como privatização. Sem dúvida há resistência de partidos de oposição com uma vinculação maior com visão de esquerda ou o movimento sindical, mas também partidos de centro que no jogo político sempre foram simpáticos às empresas estatais”, disse Sundfeld. Um time de 10 integrantes da CLP, entre ativistas e ex-assessores parlamentares com trânsito no Congresso, irá fazer a interlocução com os líderes de bancada e comissões. Para reforçar a pressão, a organização pretende também fazer parcerias com movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e a Raps (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade). Em outra frente, a CLP planeja criar um portal de monitoramento das medidas.

“São projetos que estão tramitando, por isso têm apoio do parlamento e do governo. Não são suposições da sociedade civil. Sentamos e conversamos com os relatores dessas matérias. É uma agenda muito plural que vai da centro esquerda à centro-direita”, disse D’Avila. Sundfeld cita um exemplo de aliança entre campos opostos: o Projeto de Lei 488 de 2019, da governança da ordenação pública econômica. O PL é de iniciativa de um deputado do PSDB – Eduardo Cury (SP) – e outro do PSB – Alessandro Molon (RJ) – e trata da melhoria permanente da regulação no Brasil e prevê a criação de avaliação das medidas de regulação.

Líderes partidários ouvidos pela reportagem vêm com bons olhos a iniciativa, mas acreditam que apenas parte dos projetos tem chance de aprovação ainda em 2020. Os primeiros da fila são a regulamentação do marco do saneamento,

PEC do Fundeb, programas de acesso ao crédito e reforma tributária. “Como conceito para o debate tudo bem, mas implementar essa agenda o desafio é 2021. As sugestões são bem-vindas, mas é preciso pé no chão. Essa iniciativa ajuda a sinalizar a rota de saída da pandemia e a pensar na retomada”, afirmou o deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara.

Reformas. O documento tem um dos principais focos na reforma administrativa para “valorizar os bons servidores públicos e acabar com os incentivos deturpados” que transformaram a burocracia “num feudo do corporativismo”. No capítulo sobre mudanças tributárias, o texto ressalta que o Brasil conta com mais de 90 impostos, taxas e tributos diferentes e discute potenciais reformas deste tipo há mais de 30 anos. Ainda lembra que o País ocupa o 184.º lugar entre as 190 piores nações do mundo para pagar tributos, de acordo com o Doing Business 2020 (estudo do Banco Mundial). “Diferente de outros 168 países que adotam apenas um tributo para o consumo, o Brasil adota cinco – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Eles são regulados pela União, pelos 27 Estados e 5.570 municípios.”

Os projetos selecionados também visam a criação de um programa de renda básica que ajude a consolidar os programas existentes (Bolsa Família, BPC, Abono Salarial e Seguro Defeso) num único programa nacional. Nela, o modelo proposto custaria R\$ 385 bilhões por ano (5, 7% do PIB), reduzindo a pobreza de 24,5% para 10,5% da população e virtualmente eliminando a pobreza extrema, atualmente na casa dos 6%, diz o documento. “Estima-se também que, com o aumento da renda dos mais pobres, a receita dos impostos tributários crescerá na casa de R\$ 80 bilhões, além do que a extinção dos demais programas geraria uma economia de R\$ 105 bilhões.”

Há também uma série de projetos de lei (PL) próximos de serem votados no Congresso que abrem caminho para concessões, entre eles, o PL 232/16, que estabelece o novo marco regulatório do setor elétrico, que prevê a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica; o PL 261 /2018, que permite à iniciativa privada a construção e operação das suas ferrovias por autorização federal precedida de chamada pública; e o PL 6407 /2013, que prevê a abertura do mercado do gás, fonte vital de energia “barata” do pré-sal.

O documento também defende a revogação o direito de preferência para a Petrobrás nas licitações no regime de partilha de produção, incentivando o aumento de investimentos privada, e a abertura do mercado do gás, e a extinção do Fundo de Amparo ao Trabalhador (sem acabar com os programas que financia) e reforma do FGTS.

3 PERGUNTAS PARA...

Fábio Barbosa, membro do conselho da CLP e ex-presidente da Febraban

1. Como foram selecionados os 28 Projetos de Lei que serão defendidos pela Liderança Pública no Congresso?

São caminhos que estão mais ou menos mapeados ou estruturados. A maioria já está na Câmara ou em vias de ser enviado. Não é só um sonho de um caminho a ser perseguido. São projetos que podem se viabilizar e são relevantes.

2. Quais são os projetos prioritários?

A questão do saneamento, as reformas tributária e administrativa se destacariam. Mas por serem os maiores são também os mais complexos de serem aprovados.

3. Para além das medidas de combate a pandemia, 2020 é um ano perdido no Congresso?

Todos os setores da economia no mundo inteiro foram impactados pela covid-19. As conversas sobre estruturantes se tornaram mais difíceis. O problema não é o Congresso, mas a pandemia. Eu jamais diria que o Congresso não funcionou por causa da pandemia. Mas, passada essa fase de foco na pandemia, existem projetos estruturantes que podem ser analisados. / P.V.

CAPAS DE JORNAIS

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia

DESDE 1921 ★★☆☆ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

A493 1102 • J. Neurosci., June 23, 2010 • 30(25):8339–8349

QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2022

THESE

A crise gerida pela crítica de consenso do STV Gilmar Mendes ao Exército, sobre a condução da pandemia pelo Ministério da Saúde, aumentou a pressão da cúpula das Forças Armadas para o general Eduardo Pazuello deixar o comando da pasta. O vice, Hamilton Mourão, pediu renúncia por parte de Gilmar, que realmente se resolveu às Forças. **Paulo Mello**

Elio Gaspari
A fala do ministro
que acordou o
vírus do golpismo

O recenseio do Judiciário permite que se faça uma triagem dos juizes. No entanto, a fala de Cárter pode ser usada para identificar uma zona — a dos ministros do STJ. Para isso, os golpistas precisam dizer que o que eles querem é acabar com o *status quo*.

Monday 20

Paulista da Serra é
alvo de investigação
da Lava Jato que apura
crime eleitoral **Paulista da**

Unli cassa diplomas por fraude em notas racistas
A Universidade de Brasília sanciona 127 cursos e diplomas de graduação e pós-graduação e por suspeita de fraude em notas racistas. As denúncias foram feitas por alunos e professores.

Ilustrada 117
Desafiando regras,
dançarinos e drags
tiram roupa em lives
nas redes sociais

Departamento ITI
Ex-dirigentes do Flá
querem usar fase
vitoriosa como apoio
na eleição municipal

EDITORIAIS A2
O lado da balança
Subsídios do Toffi-
barba e outros da Caravela
PM brutal
Doença de translocção con-
tra mulher negra em SP

ACCOUNTING, INC.
 ACCOUNTS: 360.747.9444
 VESTMENTS: 44.800.5199

Empresas podem readmitir funcionários cortados durante pandemia; redução salarial depende de aval do sindicato

[illegible]

Executivo avalia
ao STF se veto à
desoneração cabr

O governo avalia recorrer ao STF caso o Congresso não aprovar a Lei de regulamentação da Lei de pagamento. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defendeu a derrubada da votação de hoje e afirmou que a medida é inconstitucional e violou o princípio da separação dos poderes.

Carnaval e Ano Novo dependem de vacina, diz SP

O governo João Dória (PSB) afirma que a reabilitação de terrenos que geram aglomerações, como as favelas de Botafogo e o Carmo, vai depender da composição do novo conselho de administração da Companhia de Melhoramentos das Favelas, que deverá ser formada com representantes comunitários, abertos para a população de maior renda, e para os

Ex-chefes do BCB e da Fazenda podem retomar a verba

Ex-ministro da Fazenda, entre eles FHC, e ex-presidentes do Banco Central acionaram carta na qual pedem uma economia pós-pandemia sem tolerância clientelista, além do fim da desonesta Amambé e no estrado e das colônias e colônias do Brasil, Marcelo...

Risco de contágio
deve impulsionar
uso de carro e moto

[illegible]Reino Unido barra
Huawei do 5G; ato
pode afetar Brasil

Em uma vitória das TICs sobre China, o Reino Unido anunciou que vai bancar a Huawei de telecomunicações para construir a sua rede de 4G. A decisão deve elevar a pressão sobre o governo chinês para permitir que os fabricantes de telefones possam desenvolver tecnologia, permitindo assim, o acesso à rede 4G.

Justiça descobre plano de cobrir exame de Cerdá
A ANS derrubou na Justiça a decisão que cobria o

Nos EUA, novo surto de coronavírus em estados do Sul pode ser fatal: vítima de um ataque cardíaco, o paciente morreu.

A BASTILHA

2º PROTESTO DE MOTORBOYS EM SP

Membros federados por um protesto de categoria fazem uma manifestação na capital para reivindicar melhores condições de trabalho nas empresas, lutas por salários, moradia, saúde e educação.

PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 1945, FRANÇA CANCELA DESFILE MILITAR DA QUEDA DA BASTILHA

Comemoração do 14 de Julho, sua marca: início da Revolução Portuguesa em 1976. (A. Rodrigues e o povo homenageiam a profissão de soldado, 1976)

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia

Assine grátis para se manter atualizado sobre a situação da América Latina, apontando a crise para o colapso social.

SEGUNDO EM QUARENTENA
Sucesso da vez, game sobre pandemia vai virar série

Carleca: Fla e Flu declaram por última taça em 2020

O GLOBO

Assine grátis para se manter atualizado sobre a situação da América Latina, apontando a crise para o colapso social.

15 de julho de 2020 | 10h30 | 100 páginas | R\$ 1,20 | 100 páginas | R\$ 1,20

JUDICIÁRIO

STF nega recursos de presos com base na Covid em 84% dos casos

Argumento que beneficiou Queiroz é rejeitado pela Corte

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou 1.783 pedidos de defesa de presos que alegaram direito de continuidade para manter a liberdade, por motivo de segurança pública ou de saúde. Em 84% dos casos, a resposta foi negativa. O argumento foi aceito pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para conceder a prisão domiciliar a Fabiano Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro em investigação no esquema de "voto-bulcão" do Rio de Janeiro.

País completa hoje dois meses sem comando na Saúde

Com o general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde desde 15 de maio, o Ministério da Saúde enfrenta a maior crise de gestão da história. O ministro não conseguiu evitar a morte de 46 mil brasileiros por causa da Covid-19, apesar de ter recebido o apoio de 100 mil médicos e enfermeiros que lutam contra a pandemia.

Governo edita medidas para manter empregos

Portaria do Ministério da Economia autoriza os empregadores a suspender o pagamento de salários e benefícios dos funcionários que não puderem trabalhar por causa da Covid-19. A medida é uma exceção às regras da CLT, que prevê a suspensão de salários e benefícios em caso de suspensão de atividades.

Ex-ministros da Fazenda cobram fim do desmatamento

Ex-ministros da Fazenda cobram o fim do desmatamento. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não vai permitir mais o desmatamento ilegal. O ministro da Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o governo não vai permitir mais o desmatamento ilegal.

Defesa aumenta gastos e quer aumento de 2% de PIB

A defesa aumentou os gastos e quer um aumento de 2% do PIB. O ministro da Defesa, Fernando Rodrigues da Faria, afirmou que o governo não vai permitir mais o aumento dos gastos com a defesa.

Ex-secretário de Saúde nega ter delação que pode atingir Witzel

O ex-secretário de Saúde nega ter delação que pode atingir Witzel. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou que o governo não vai permitir mais a delação de informações sobre a saúde.

Malhar agendado por PM em SP tem sequelas e temetalização

O malhar agendado por PM em SP tem sequelas e temetalização. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou que o governo não vai permitir mais o malhar em SP.

www.correiobraziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

BRASIL, 2020, 15 de julho, quarta-feira, 15 de julho de 2020

DF: do pico de casos de covid a novas aberturas

A partir de hoje, bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de varejo podem reabrir as portas em uma cidade que enfrenta a falta de atividades que reanimem a economia no estado. A retomada começa no centro e vai para as áreas periféricas. A retomada começa no centro e vai para as áreas periféricas. A retomada começa no centro e vai para as áreas periféricas.

Professores passarão por ampla testagem antes da volta às aulas

ANS livra planos de saúde de pagar os exames da covid-19

CPMF
Código chamado a apoiar a tributa

Educação
Ensino escolar: prejuízo bilionário

Voto título
Último capítulo de Carlos é o do arrego

Gilmar volta a criticar atuação de militares

UnB expulsa fraudadores de cotas raciais

Economia faz pressão contra desmatamento

O cruel e lucrativo tráfico de animais

CLASSE 2020 2142.1000 - IDENTIFICAÇÃO / ATENDIMENTO AO LITORAL 2142.1000 - atendimento@correio.com.br - CONTATO 0800 3024 1208

MME / ASCOM .